



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00047**

Brasília, 09 de maio de 2017.

**Objetivo da reunião:** Acompanhamento de projeto PJe  
**Horário e local:** 10h - Sala 101 C CJF  
**Assunto:** Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Jones Cardoso de Melo Filho	ASSESSOR B	ASTEC-STI
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETARIO	STU
Marcus Aurelius Soares de Araujo	DIRETOR DE DIVISÃO	DIPOJ
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Coordenador Comitê-Gestor - PJe	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF1
Mônica Regina Ferreira Rodrigues (monica.rodrigues@trf1.jus.br)	Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF1
Andrey Leonardo de Lima e Silva (andrey.silva@trf1.jus.br)	Diretor do Núcleo Regional de Apoio ao PJE	TRF1
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
Cláudio Lourenço de Almeida	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF2



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS.  
Documento Nº: 1548039-456 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental: 40.07.04.04



CJFMRU201700047A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Helder Vitor Gonçalves Lacerda	Coordenador do Núcleo de Administração de Banco de Dados, Aplicações e Rede	TRF2
Dr. Fabiano Lopes Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Membro do Comitê	TRF3
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria	TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria	TRF3
Cristian Ramos Prange (crp@trf4.jus.br)	Diretor da Diretoria de Informática	TRF4
Juliana Bonato dos Santos (jbs@trf4.jus.br)	Diretora da Divisão de Sistemas de Processo Eletrônico	TRF4
Laureano de Lyra Montarroyos Filho (laureano@trf5.jus.br)	Subsecretaria de Tecnologia da Informação	TRF5
Sandra Régia Cordeiro Valença Bowman (sandrar@trf5.jus.br)	Secretaria Judiciária	TRF5
Dr. Miguel Antônio Silveira Ramos (ramosm@vetorial.net)	Representante	CFOAB

**Pauta**

**1. Pendências da última reunião**

a) Solicitação de apoio do CNJ para implantação do PJe para a TNU, TRF1, TRF2, TRF3 e TRF5. As regiões deverão especificar o apoio necessário cujos detalhes serão apresentados pelo Coordenador em reunião já agendada para 10/05/2017 com o Gestor do PJe no CNJ, Dr. Marcelo Mesquita Silva; b) Devolução da issue 23059 ao CNJ. Marcos Barbosa informa que foi realizada a devolução. c) Indicação de servidores para o grupo de apoio negocial. Aguarda-se o retorno dos ofícios encaminhados aos TRFs.

**2. Execução orçamentária 2017: natureza das despesas, procedimentos e prazos - prestação de contas**

Edimilson apresentou a proposta para o detalhamento da prestação de contas: a) A prestação de contas terá periodicidade mensal, devendo ser apresentada na primeira semana do mês subsequente, conforme modelo de planilha padronizada que será elaborada. b) As rubricas de despesas devem estar entre aquelas previstas no levantamento do orçamento e exclusivamente para o PJe nacional, mantido pelo CNJ. Caso outras despesas sejam realizadas, deverão ser justificadas e aprovadas previamente pelo CGJF-PJe. c) As aquisições e contratações de TI farão parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, com a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

indicação da fonte, no caso do PJe, n. 151. Além do controle feito no âmbito da TI, por meio do PDTI, a Secretaria Executiva acompanhará o conjunto das despesas (desenvolvimento, treinamento, diárias e passagens, etc.). d) Os tribunais que utilizam fábrica de software deverão especificar as issues do PJe nacional desenvolvidas. e) As despesas com passagens deverão especificar, no mínimo, o nome do servidor e o trajeto do deslocamento. f) As despesas de treinamento deverão constar o período, a carga horária e nome do evento. Especificar, ainda, se a despesa é destinada a remunerar instrutor ou se é para inscrever servidor em curso relacionado à implantação do PJe. Comitê aprovou os itens para o detalhamento.

### **3. Proposta orçamentária para 2018 e atualização da Ação Orçamentária do Projeto PJe-JF**

Edimilson apresentou as planilhas com as demandas por recursos dos tribunais. Dr. Marcelo reiterou a necessidade de definir critérios para a distribuição orçamentária, que deveriam contemplar déficit e custo individualizado, índice de execução de orçamentos passados, entre outros. Comitê deliberou por realização de nova reunião para fechamento da pré-proposta. Quanto à atualização da Ação Orçamentária, em vista do atual estágio de implantação do PJe na Justiça Federal e dos limites orçamentários anuais estabelecidos pela Emenda Constitucional n. 95/2016, o Comitê deliberou propor a finalização da ação orçamentária para até 2021.

### **4. Estágio da homologação da versão PJe 2.0.**

Viviane reportou algumas dificuldades na versão 1.7.19, principalmente a necessidade de revisão no fluxo, tendo sido suspensa temporariamente a homologação que será retomada na segunda semana de maio, sendo pré-requisito a estabilidade da versão, visando as melhorias na versão antes de migrar para a 2.0. TRF1. Marcos Barbosa informou que será necessário apoio do CNJ para viabilizar a homologação, visto problema técnico no script disponibilizado pelo CNJ para deploy da versão 2.0. TRF2. Leonardo informou que ainda aguarda a disponibilização do ambiente de homologação do PJe 2.0 pela STI/CJF. TRF3. Dr. Fabiano informou que a homologação aguarda a instalação da versão 2.0 e a dificuldade é idêntica ao do TRF1. TRF5. Laureano informou que tem a mesma limitação do TRF1 e TRF3 e que aguarda a instalação do ambiente para dar início à homologação.

### **5. Andamento e providências para a reunião presencial do grupo de desenvolvimento com apoio do grupo**

Jones informou que já está reservado o período de 29/5 a 02/06 para o encontro do grupo. A Comissão Técnica de Negócio fará a priorização das issues, incluindo configuração de instituições e fluxo. Andrey e/ou Rúbia do TRF1 darão suporte negocial para o primeiro encontro do grupo de trabalho de desenvolvimento.

### **6. Relato da implantação do PJe nas Regiões**

TNU. Viviane informou que recebem os processos de todas as regiões e relatou que os problemas com MNI foram corrigidos e que o fluxo funciona do início ao fim. Foram identificados problemas que estão sendo corrigidos. TRF1. Mônica informa que em 24/4 houve a expansão para as classes cíveis no MA, exceto execução fiscal e JEF e em 8/5 no PI, MT, PA e GO. As próximas expansões serão no DF e na BA em 22/05, e em MG, em 05/06. Quantitativos: 1º grau 42.184 e 2º grau 12.503, total 54.590. Em GO não houve avanço quanto à implantação da versão 1.7.X nas varas de execução fiscal, pois as varas entenderam



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

conveniente aguardar melhorias relevantes previstas para a versão 2.0. Uberlândia sinalizou com a possibilidade de expansão para os Juizados Especiais mesmo na versão 1.7.X, o que está sendo analisado. Servidores de RO virão à sede do TRF1 para estudos de adaptação do fluxo referente à execução penal. Quando à ampliação de link, Marcos Barbosa relatou que a Embratel apresentou proposta para as 32 subseções onde inicialmente não foi possível a ampliação devido a limitações da própria Embratel. TRF2. Leonardo Informa que o Presidente definiu o início da implantação do PJe e que a equipe está sendo definida. Prevê o envio ao CNJ e CJF do cronograma de implantação para o mês de junho. TRF3. Dr. Fabiano informa sobre obrigatoriedade em Franca (abril) e Botucatu e Itapeva (maio). Todas as classes cíveis e previdenciárias. Execução fiscal ainda facultativa. Prevista a implementação em São José do Rio Preto em 15/05. Restarão 10 subseções e MS. Quantitativos: 41.764 no 1º grau e 14.562 no 2º grau, total 56.326. Vara de Campo Grande já tem cronograma de treinamento e implantação (execução penal e residual cível) em julho com efetiva utilização em agosto. TRF5. Sandra informa que está elaborando fluxo único para todas as classes, mas com especificidade para execuções fiscais para expansão na versão própria. O PJe está implantado em toda 5ª. região em todas as classes, apenas os JEFs ainda utilizam o Sistema Creta.

**7. Próxima reunião**

12 de junho de 2017 às 19h



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
1.1	As regiões deverão especificar o apoio necessário do CNJ até 18h.	Representantes dos tribunais	09/05/2017
3.1	Consolidar pré-proposta orçamentária de 2018 para o PJe.	Comitê Gestor	11/05/2017

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS  
CHEFE DE SECAO  
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA  
SUBSECRETARIO  
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS.  
Documento Nº: 1548039-456 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

